

# ESCUTA SOCIAL

## MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Almeirim/PA







# **ESCUTA SOCIAL**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**Coordenador do CAO CPC:**

**Nadilson Portilho Gomes**

**Coordenadores Auxiliares:**

**Ângela Maria Balieiro Queiroz**

**Andressa Ávila Pinheiro**

**Louise Rejane de Araújo**

---

## **Apoio:**

### **Servidores:**

**Brenda Oliveira Silva dos Reis – Assessora Técnica**

**Maria Dolores Afonso Lobato da Silva - Técnica Ministerial**

### **Estagiários:**

**Luiz Carlos Correa Oliveira**

**Gustavo Henrique Bezerra Santiago**

**Elizana Naara da Silva Costa**

**Wanderson Silva do Nascimento**





# ÍNDICE

Apresentação	_____	05
Objetivos	_____	06
Metas	_____	07
Justificativa	_____	08
Metodologia	_____	09
Cronograma	_____	10
Divulgação	_____	11
Contatos	_____	12



# APRESENTAÇÃO

O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além da promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

Nesse diapasão, a escuta social das entidades da sociedade civil mediada pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão do Ministério Público do Estado do Pará, busca possibilitar que as ações de cidadania promovidas pela Instituição sejam construídas conjuntamente com a sociedade e que suas demandas sejam levadas em conta, num formato novo, onde esse processo de oitiva seja atualizado com frequência.



A escuta social faz parte de uma estratégia onde Promotores de Justiça e membros de entidades da sociedade civil apresentam demandas e, ao mesmo tempo unem-se em busca de soluções por meio de parcerias e ações, adotando-se o critério de eletividade e respeito as vontades e interesses dos envolvidos.

A partir dos levantamentos, informações e intencionalidades serão construídas ações próprias de cidadania, atendendo-se as especificidades de cada território, população e grupo social.

# OBJETIVOS:

## ■ Geral

---

Promover o aprimoramento de escuta social do Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão com as Promotorias de Justiça e a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, visando identificar demandas sociais prioritárias, fortalecer o diálogo institucional e contribuir para a construção de ações mais eficazes e democráticas.

## ■ Específicos

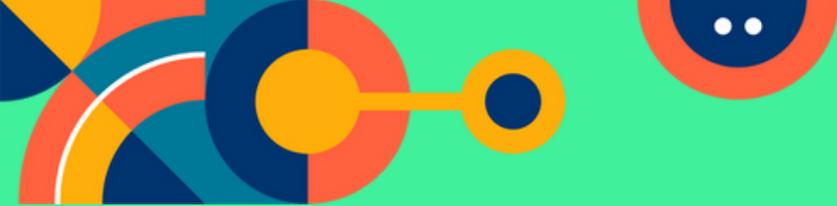
---

- Engajar organizações da sociedade civil em espaços de escuta promovidos pelo MP;
- Levantar e sistematizar as principais demandas propostas apresentadas;
- Estimular o protagonismo social e o controle democrático das instituições públicas;
- Subsidiar a atuação do MP com base nas contribuições recebidas da sociedade civil;
- Fortalecer os vínculos entre Ministério Público e atores sociais nos territórios atendidos.

# METAS DO PROJETO



- 1** Realizar encontros presenciais ou virtuais de escuta com organizações da sociedade civil ao longo do projeto, visando promover a escuta social e o engajamento das OSCs.
- 2** Identificar, mapear e mobilizar organizações da sociedade civil representativas de diversas áreas temáticas (educação, moradia, meio ambiente, direitos humanos, entre outras), garantindo ampla participação.
- 3** Estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas à promoção da cidadania.
- 4** Organizar e registrar as demandas e propostas recebidas durante o projeto, produzindo um relatório-síntese que oriente a atuação do Ministério Público e possibilite o uso qualificado das informações coletadas.
- 5** Elaborar um plano de devolutiva social, que apresente os encaminhamentos adotados pelo Ministério Público com base nas escutas realizadas, promovendo a transparência institucional e fortalecendo a democracia por meio de ações de cidadania e outras medidas temáticas.
- 6** Fomentar a criação ou o fortalecimento de canais permanentes de diálogo com a sociedade civil, como fóruns, comissões ou grupos de trabalho temáticos, visando a continuidade da participação social e a articulação interinstitucional.



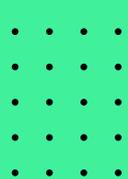
# JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de promover a interação do Ministério Público do Estado do Pará com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além de promoção de ações de cidadania, o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual promoveu, nos dias 17 e 19 de julho de 2025, escuta social no município de Almeirim. Desse encontro, foi gerado um catálogo das demandas apresentadas, detalhado neste documento, que servirá de base para a atuação ministerial.

Em 2025, o trabalho de levantamento de demandas continua por meio de projeto “Escuta Social” em todo o Estado do Pará, cujo objetivo é promover o aprimoramento da escuta social pelo MPPA e, com isso, a melhoria dos mecanismos de interação continuada com a sociedade civil, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, em geral, considerando a necessidade da criação de formas regulares de troca entre a instituição e os setores destinatários de sua atuação, especialmente na área da cidadania, em busca de construção de soluções.

Almeja-se, ainda, a partir desta escuta permanente e qualificada, intensificar a atuação do Ministério Público como agente político-social para a busca de soluções para os problemas catalogados, juntamente com a sociedade, a partir de uma atividade estratégica e articulada de mobilização social, envolvendo tanto as populações e grupos ligados a cada questão tratada, como os agentes públicos e privados com atribuições capazes de apontar soluções para os desafios postos, para efetivação e garantia de direitos.

Na escuta social realizada em Almeirim houve necessidade de obter informações da prefeitura e câmara municipal e zona rural, o que ocorreu de forma separada, com prefeita, vice-prefeito, vereadores, secretários e servidores municipais no prédio da prefeitura municipal e na comunidade de Recreio, na escola municipal Frei Frágoso.



# METODOLOGIA



A escuta social será realizada em vários municípios por meio de reuniões e coleta de dados e informações, iniciando-se por Almeirim, por meio de preenchimento de formulário físico e/ou eletrônico e uso facultativo comunicação verbal, por tempo a ser definido a cada evento pelos participantes.

Trata-se de um método para identificar e abordar demandas da população para construção de políticas públicas mediante a interação com ela, permitindo a compreensão de suas necessidades e definições de ações do Ministério Público mais alinhada com os interesses da comunidade e grupos sociais.

A programação de cada evento contou com recepção e credenciamento, abertura, apresentação dos objetivos e justificativa, escuta dos representantes/integrantes das entidades da sociedade civil e propositura de encaminhamentos. Depois, os dados e informações coletadas serão sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem usados como base de orientação para atuação pelo Ministério Público do Estado do Pará nas ações de cidadania. Sendo que, os que não forem de atribuições do CAO CPC serão encaminhados ao centro de apoio operacional competente ou órgão de execução cabível. Ao final, será produzido o catálogo das demandas apresentadas.



## METODOLOGIA DA ATIVIDADE

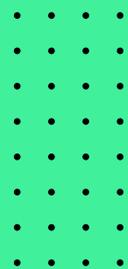
- Realizada escuta ativa presencial nos dias 17 e 19 de julho de 2025, na escola municipal Jardim de Infância, prefeitura municipal e comunidade de Recreio.
- Os dados coletados foram sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem utilizados como base para a orientação da atuação do Ministério Público.

## PANORAMA DA AÇÃO

QUANTIDADE TOTAL DE PARTICIPANTES: 67 PRESENTES.

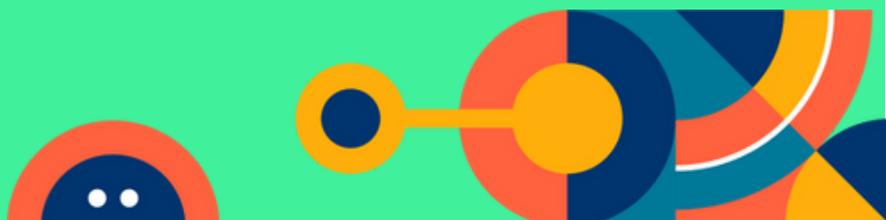
- 67 participantes presentes.
- 08 horas de escuta presencial.
- 17 temáticas catalogadas por eixos.

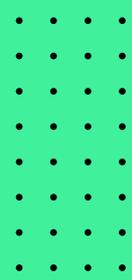




# CRONOGRAMA

No	Meta	Período de Execução	Observações
01	Realização de encontros de escuta com OSCs	Almeirim: 17 a 19/07/2025 Outros municípios: a definir	Elaborar agenda institucional
02	Mapeamento e mobilização de OSCs	Almeirim: 17/07/2025 Outros municípios: a definir	Atividade preparatória aos encontros.
03	Definição de parceiros para ações de cidadania	Até 10/08/2025	Alinhado com a avaliação das escutas realizadas.
04	Sistematização das propostas e elaboração de relatório-síntese	Até 10/08/2025	Base para o plano de devolutiva e futuras ações.
05	Elaboração e apresentação do plano de devolutiva social	Até 10/08/2025	Divulgação pública dos resultados.
06	Fomento a canais permanentes de diálogo	A partir de 10/08/2025 e contínuo	Ações permanentes, iniciadas após a devolutiva social.





# DIVULGAÇÃO



Todas as etapas do projeto serão amplamente divulgadas por meio do site oficial do Ministério Público do Estado do Pará ([www.mppa.mp.gov.br](http://www.mppa.mp.gov.br)), garantindo transparência e acesso público às informações.

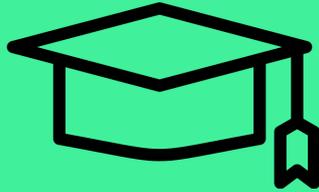


Além disso, os resultados, relatórios e demais documentos poderão ser enviados por e-mail aos interessados, mediante requerimento formal ou apresentação em reuniões, sempre que houver necessidade específica de compartilhamento direcionado.

**Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.**



# CATÁLOGO DE DEMANDAS



## EDUCAÇÃO:

### **Promover acesso à educação pública de qualidade.**

- Promoção de alimentar escolar de qualidade, com inclusão da agricultura familiar;
- Promoção de transporte escolar de qualidade para todos os alunos;
- Garantia de acesso e frequência às aulas pelas crianças e adolescentes;
- Melhorias de infraestruturas das escolas existentes;
- Eliminar as turmas multisseriadas na zona rural;
- Necessidade de atendimento escolar para as populações indígenas e quilombolas;
- Necessidade de ampliação do atendimento de creches, há só uma na cidade.



# SAÚDE:



## **Promover políticas de saúde para a população em geral.**

- Melhorias das infraestruturas das UBS e da atenção básica em geral;
- Necessidade de mais UBS no município;
- Necessidade de atendimentos para as populações indígenas e quilombolas;
- Necessidade de observância do fluxo de notificações de violências contra crianças, adolescentes e mulheres;
- Melhorias dos serviços para usuários de substâncias entorpecentes;
- Melhorias dos serviços de saúde mental;
- Ampliação das coberturas dos agentes comunitários de saúde e de endemias;
- Melhorias dos indicadores de mortalidade infantil;
- Falta de leitos e de atendimentos médicos especializados;
- Necessidade de redução do índice elevado de doenças infecciosas e parasitárias;
- Necessidade de redução dos óbitos por traumatismo acidental, afogamento e agressões, acidente por animais peçonhentos;
- Necessidade de fiscalização pela vigilância sanitária de alimentos em geral.





# **ASSISTÊNCIA SOCIAL:**



## **Garantir os serviços socioassistenciais à população.**

- Ampliações da rede de serviços socioassistenciais em todos os territórios;
- Ampliação das creches, tendo em vista que só existe uma na zona urbana;
- Criação e funcionamento de instituição de acolhimento para mulheres, vítimas de violência doméstica;
- Criação e funcionamento de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, vítimas de violências;
- Necessidade de maior atuação e mais efetiva sobre violências contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Necessidade de programa contra o uso de drogas;
- Criação de política pública específica para crianças e adolescentes extremamente pobres;
- Disponibilização de serviço de documentação civil em geral;
- Trabalho de prevenção a gravidez precoce.





## **SEGURANÇA PÚBLICA:**

**Promover melhorias dos serviços públicos de segurança pública para a sociedade.**

- Melhorias dos acessos aos canais de denúncias para a população rural;
- Necessidade de existência do serviço público de segurança pública em todos os territórios, pois há poucos policiais militares e uma lancha para uma área de 72.954,798 km<sup>2</sup>;
- Planejamento das ações de segurança pública e fiscalização nos rios, especialmente pesca predatória e crimes ambientais;
- Trabalho contra crime organizado;
- Necessidade de mais embarcações para os serviços de policiamento;
- Falta de defensoria pública;
- Necessidade de assistente social ou psicólogo na delegacia de polícia civil ou de delegacia especializada da mulher, criança e adolescente;
- Necessidade repressão ao desmatamento, extração ilegal de madeiras e garimpos clandestinos;
- Fiscalização de trânsito efetiva.



## **COMBATE AO RACISMO:**



**Promover o combate ao racismo por meio do fortalecimento de mecanismos institucionais, especialmente em favor da população negra, quilombola e indígena, no que tange à intolerância religiosa, à educação e a à construção de políticas públicas estaduais e municipais.**

- Promover a participação dos segmentos específicos nas construções das políticas públicas e inclusivas;
- Promover escutas sociais específicas das populações;
- Criação de legislação municipal específica e conselho municipal e previsão de participação nos conselhos municipais existentes.



## **DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

**Fiscalizar o cumprimento da Lei de Execuções Penais, das diretrizes da Corte Interamericana e da garantia dos direitos humanos.**

- Busca de alternativas para cumprimentos de prestações de serviços de prestação de serviços à comunidade.



# DIREITO DAS MULHERES:

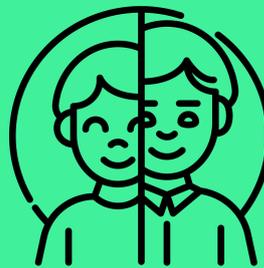


**Combater as diferentes formas de violência e desigualdades de gênero, por meio de reforço das redes de proteção e apoio às mulheres, monitoramento dos aparatos institucionais de acolhimento das vítimas de violência, bem como aqueles relativos às ações preventivas e educativas da população, com a indução de políticas públicas de melhoramento da renda e dos meios para a plena atividade profissional das mulheres, com destaque para as mulheres mais vulnerabilizadas.**

- Geração de renda;
- Melhoria dos serviços de defesa e proteção das mulheres;
- Criação de canais de acessos para denúncias e acolhimentos, especialmente para moradoras da zona rural;
- Necessidade de atuação da defensoria pública;
- Necessidade de assistente social ou psicólogo na delegacia de polícia civil ou de delegacia especializada da mulher;
- Criação e funcionamento de instituição de acolhimento para vítimas de violências;
- Necessidade de grupos reflexivos para homens;
- Criação de conselho municipal da mulher e ouvidorias da mulher da prefeitura e câmara municipal.



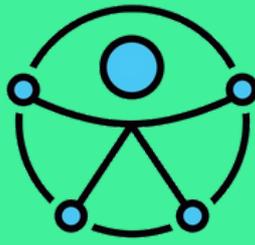
# DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:



**Fomentar a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com foco em segurança pública, igualdade racial, saúde e educação, por meio do fortalecimento da rede socioinstitucional municipal e estadual.**

- Fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente;
- Acesso à educação básica de qualidade, melhorias das escolas, alimentação e transporte escolar;
- Serviços específicos de apoio as crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extremamente pobres;
- Mais creches;
- Necessidade de assistente social ou psicólogo na delegacia de polícia civil ou de delegacia especializada da criança e do adolescente;
- Criação e funcionamento de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, vítimas de violações de direitos;
- Ampliações da rede de serviços socioassistenciais em todos os territórios;
- Necessidade de maior atuação e mais efetiva sobre violências contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Necessidade de programa contra o uso de drogas;



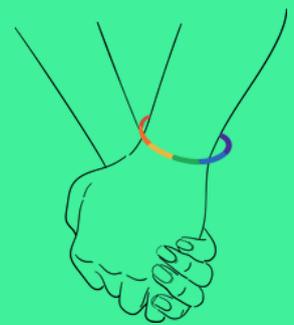


## **DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Fortalecer as redes de saúde, educação e assistência social para atender às pessoas com deficiência e seus cuidadores, promovendo a eliminação de barreiras comunicacionais, atitudinais e de transporte.**

- Melhoria do ensino, transporte e alimentação para a pessoa com deficiência;
- Acesso aos órgãos públicos;
- Busca ativa de pessoas com deficiências;
- Acesso a tratamentos específicos.

## **DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT**



**Combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT e colaborar na construção de políticas públicas.**

- Criação de conselho municipal de direitos LGBT;
- Implementação das políticas públicas para a população LGBT.



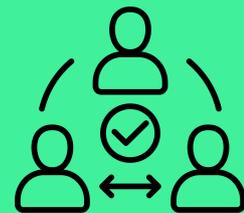


## **DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA:**

**Promover a democratização do acesso à Justiça, com formação especializada de agentes públicos, celeridade processual, acompanhamento eficiente pelas partes e criação de espaços permanentes de escuta.**

- Promover a participação da sociedade, por seus seguimentos específicos nas construções das políticas públicas;
- Acesso da população ao sistema de justiça em seus territórios;
- Construção de protocolos de consulta;
- Necessidade de atuação da defensoria pública;
- Criação de canais facilitadores de acesso da população rural.

## **TERCEIRO SETOR:**



**Fiscalizar as entidades do terceiro setor que prestam serviços ao Estado e aos municípios ou recebam recursos públicos.**

- Fiscalização de entidades do terceiro setor;
- Colaboração na regularização de documentação das entidades;
- Realizações de capacitações para o terceiro setor;
- Contribuições para criação de cooperativas.



## **HABITAÇÃO E URBANISMO:**



**Fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa, prevenindo violações e garantindo acesso a serviços de saúde, assistência e transporte acessível.**

- Assegurar melhorias nas vias públicas e calçadas.
- Facilitar o atendimento nos órgãos públicos pelos canais adequados.
- Fomentar a participação dos idosos na formulação de políticas públicas.
- Criar o Conselho Municipal do Idoso.

## **PESSOA IDOSA:**



- Fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa, prevenindo a ameaça ou a violação a direitos por discriminações ou violências, garantindo o acesso a serviços de saúde e assistência social com equipamentos adequados, bem como a acessibilidade urbanística, arquitetônica e nos transportes, e fomentar a participação dos idosos na construção de políticas públicas.
- Melhorias das vias públicas e calçadas;
- Facilitação de atendimentos nos órgãos públicos pelos seus canais próprios.
- Participação na construção das políticas públicas;
- Criação do conselho do idoso.



## ACESSO À TERRA E MORADIA:



Buscar garantia acesso à terra e moradia digna à população urbana, atuando na evitação de violências nas desocupações e despejos e na construção de alternativas para as famílias desabrigadas e em vias de despejos.

- Buscas de alternativas para acesso à terra e moradias para famílias vulnerabilizadas;
- Destinação de terras e das moradias de Monte Dourado;
- Abandono de obras públicas.

## OUTRAS DEMANDAS:



Viabilização pelo Ministério Público de acompanhamento dos casos pelos interessados.

- Devolutiva de encaminhamentos e providências tomadas pelo Ministério Público aos demandantes;
- Priorização de atuação do poder público em áreas remotas e rurais;
- Titulação coletiva de terras quilombolas no município;
- Defesa dos territórios indígenas;
- Concessão de crédito ou bolsa para os extrativistas;
- Colaboração de geração de emprego e renda;
- Criação de acordo de pesca com Prainha;
- Débitos como junto ao INSS prejudicando a gestão municipal.



# REGISTROS POSITIVOS:



**Projeto de reflorestamento com viveiros de mudas pela prefeitura municipal e coordenação pedagógica por região (facilitação da gestão).**



**Foto: Viveiro de Mudas da Prefeitura Municipal de Almeirim/PA**





# CONTATOS

## CAOCPC/MPPA

---



TELEFONES: (91) 4006-3504/3605 - CAOCPC/MPPA



WHATSAPP: (91) 98896-3702 - CAOCPC/MPPA



E-MAIL: CAOCPC@MPPA.MP.BR



RUA JOÃO DIOGO, N°. 100, CIDADE VELHA, BELÉM-PARÁ, CEP: 66015-165.

## NTS/MPPA

---



TELEFONES: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



WHATSAPP: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



E-MAIL: NTS@MPPA.MP.BR



AVENIDA DR. FREITAS, N° 2513, MARCO  
BELÉM-PARÁ, CEP: 66095-110.





**REALIZAÇÃO:**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL,  
PROCESSUAL E DO CIDADÃO - CAO CPC**

